



Um mergulho nas experiências de algumas mídias comunitárias da Maré

Gizele Oliveira Martins*

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

*Autor correspondente (e-mail: gizeleomartins@gmail.com)

Abaixo segue um relato pessoal da experiência de comunicação comunitária praticada ao longo de 15 anos no Conjunto de Favelas da Maré. Durante estes 15 anos, participei ativamente da produção de matérias, artigos e notícias no jornal O Cidadão, meio comunitário que circula há quase 20 anos no Conjunto de Favelas da Maré, Zona Norte do Rio de Janeiro. Essas notícias fizeram criar mobilizações locais, disputas de narrativas, de imagens, de conteúdo, de ideologia. Leia abaixo três importantes exemplos desta produção jornalística comunitária de dentro de uma das maiores favelas do Rio de Janeiro.

Há mais de 15 anos que eu pratico comunicação comunitária no Conjunto de Favelas da Maré, Zona Norte do Rio de Janeiro, Brasil. Este é um conjunto composto por 16 favelas. Em todo o Conjunto, somam-se aproximadamente 132 mil moradores. A Maré é a favela onde nasci, moro e luto diariamente para permanecer nela. Foi nesta mesma favela, ainda na adolescência, que conheci o jornal comunitário *O Cidadão*, que desde 1999 era publicado e circulava em todo o conjunto.

Na adolescência eu entrei no curso pré-vestibular comunitário do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), uma organização não governamental localizada no Morro do Timbau, na Maré. Como eu queria fazer jornalismo, senti a vontade de participar do jornal *O Cidadão*, que foi criado dentro do CEASM. Foi *O Cidadão*, um jornal comunitário, que me fez quebrar os preconceitos que eu mesma tinha com a minha própria favela. Um jornal que me fez enxergar as culturas, as identidades e as lutas que fizeram esta favela ser hoje uma grande referência de valorização da identidade local, da cultura e memória local e da vida comunitária. Além disso, logo percebi *O Cidadão* como um jornal símbolo da luta contra a criminalização das vidas faveladas e do racismo cotidiano que sofremos diante das violações cometidas pelo Estado brasileiro.

Foi fazendo a comunicação comunitária todos os dias nesse jornal que passei a conhecer de fato, pela primeira vez, todo o Conjunto de Favelas da Maré. Digo que conheci pela primeira vez cada pedaço da minha própria favela, porque cotidianamente a mídia comercial e hegemônica faz com que tenhamos medo de circular e de ter vontade de estar e permanecer nela. Foi na prática da comunicação comunitária que conheci cada beco e viela desta Maré. Foi a partir da prática que aprendi o que significa favela e o que é comunicação comunitária. Também aprendi sobre o que é midiativismo, sobre o que é racismo, criminalização, política, cidadania, entre outros diversos temas que estamos debatendo neste livro.

Por ser de família pobre em uma das áreas mais violentadas pelas forças armadas do Estado, eu já sentia e sabia o que era a desigualdade. Mas foi na prática desta comunicação, entrevistando os moradores e moradoras das diferentes favelas da Maré, que pude aprender além do que eu lia nos livros. Aprendi sobre o que era e o que significava a comunicação comunitária. Foi neste cotidiano que aprendi a ler criticamente a mídia comercial. Aprendi também o significado cruel da desigualdade social olhando outras experiências e ouvindo outras vozes nas entrevistas que eu fazia pelas ruas, becos e vielas.

É neste cotidiano de mídia comunitária na favela que aprendi, experimentando a prática do midiativismo, mesmo sem saber o que significava esta palavra. Pois descobrimos com tempo de prática nesta comunicação da favela para a favela que podíamos também ganhar outros espaços para que as nossas vozes fossem ouvidas. Descobrimos que esta é mais uma forma de disputa pelo nosso lugar de fala, pelo nosso lugar na cidade e pela garantia dos nossos direitos.

Ao longo dos anos, foram inúmeras as vezes que fizemos com que notícias internas da Maré ganhassem o noticiário da cidade e até do mundo. Nas próximas páginas, cito alguns casos. Descrevo alguns avanços que tivemos nesta prática da comunicação comunitária e do midiativismo e ainda mostro dificuldades e alguns riscos que sofremos por disputarmos narrativas com a mídia comercial e com a dita fala oficial dos governantes.

Três casos: As notícias, as disputas e as mobilizações locais

1ª Matéria: Favela Mandacaru e Remoções antes dos Jogos Pan-Americanos (2007)

A prática da comunicação comunitária atravessou muros visíveis e invisíveis da Maré em 2007. Na ocasião, o Rio de Janeiro se preparava para a realização dos Jogos Pan-Americanos (julho de 2007). Em certo momento, a Prefeitura do Rio de Janeiro tentou remover algumas casas na favela Mandacaru, na Maré. Esta era uma das favelas mais pobres da região onde moradores ainda moravam em barracos, sem saneamento, sem água, sem luz, um local extremamente vulnerável.

Rapidamente, a equipe do jornal *O Cidadão* obteve a informação de que as famílias de Mandacaru seriam removidas (SOUZA, 2011). Assim, os comunicadores foram até o local investigar para saber o que de fato estava acontecendo. Na busca por estas informações, confirmamos que a remoção estava para ocorrer. Uma das razões era a proximidade da favela a um grande supermercado chamado 'Mercado São Sebastião', conhecido em toda a cidade na época.

A Favela Mandacaru e toda sua pobreza também eram visíveis para quem passava pelas vias expressas que fazem margem à Maré. Além das matérias denunciando as violações, realizamos um protesto em frente ao supermercado. Pistas da Avenida Brasil, uma das vias expressas mais importantes da cidade, também foram fechadas pela equipe e pelos moradores locais denunciando as violações.

Notícias sobre as remoções saíram em diversos jornais da cidade. Por causa disso, poucos dias depois desta primeira mobilização contra as remoções dos moradores de Mandacaru, a equipe do jornal *O Cidadão* não podia mais percorrer o local. Na época, essa equipe sofreu ameaças por ter denunciado a remoção e por ter apoiado os moradores nas manifestações contra a remoção. A própria Prefeitura do Rio de Janeiro ameaçou os comunicadores do jornal, e a força de segurança local proibiu que o jornal impresso e toda a sua equipe circulasse por toda a favela de Mandacaru para fazer reportagens ou protestos.

Imagem 1: Primeira matéria do jornal *O Cidadão* sobre o caso de Mandacaru.



Imagem 2: Reportagem de capa sobre Mandacaru no jornal *O Cidadão*.



A luta por moradia e a resistência contra as remoções entre os moradores da favela Mandacaru persistiu nos anos seguintes. Em 2014, na matéria “O que acontece com quem ‘vive no caminho’ da Copa e das Olimpíadas?”, o site do jornal *O Cidadão* apresentou uma atualização sobre Mandacaru no ano da Copa do Mundo. A reportagem, escrita por Eliano Félix, dizia:

Mandacaru, no Conjunto de Favelas da Maré, foi uma das primeiras favelas ameaçadas por essa política de remoções já em 2007. Até hoje os moradores convivem com a sobra do despejo. Na época, a dona de casa Marta Rodrigues, 50 anos, protestava dizendo que foram os moradores que ajudaram a desenvolver o local: ‘Eu acho isso um absurdo. Há oito anos quando eu vim morar aqui, só tinha mato, agora eles querem tirar a nossa casa por 1.400 reais, nos deixando sem condições de comprar outra casa’, disse (FELIX, 2014).

Hoje, sabe-se que parte da favela de Mandacaru não existe mais. Infelizmente, não houve melhorias no local, como os moradores queriam e lutavam; eles foram removidos e se encontram espalhados por outros bairros empobrecidos da cidade. O que conseguimos por meio da mídia comunitária foi a organização local durante um tempo. Mesmo que ela tenha sido afastada do local e criminalizada, o que conseguimos foi dar visibilidade ao assunto por certo tempo, o que – com certeza – fez a favela permanecer por muito tempo.

2ª Matéria: Assassinato de Matheus na Baixa do Sapateiro (2008)

Em 2008, um ano depois da resistência pela permanência da favela Mandacaru, ocorreu o assassinato de uma criança moradora da Baixa do Sapateiro, uma das favelas mais antigas do Conjunto de Favelas da Maré. Matheus Rodrigues tinha 8 anos e foi assassinado pela polícia militar na porta de casa. O jornal *O Cidadão* foi o responsável por denunciar, relatar, ajudar na perícia e tornar o caso público, além de estar junto aos moradores durante as manifestações que ocorreram durante a semana da morte do menino. Logo chegou aos órgãos públicos de direitos humanos do Estado.

Lembro que, no dia do assassinato de Matheus, na falta de uma mídia que levasse a mensagem de forma rápida, enviei e-mail para diferentes autoridades políticas. Mandeí um texto explicando o ocorrido para defensores de direitos humanos do Rio de Janeiro, lideranças de outras favelas do Rio, mães e familiares de outras favelas e organizações de direitos humanos da cidade e do país. Em poucos minutos, as pessoas ligaram, entraram em contato, chegaram na Maré e se juntaram à revolta dos moradores que já estavam em frente à casa de Matheus. Os jornalistas e comunicadores de outras mídias chegaram. O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Alerj na época, Alessandro Molon, foi até o local. Também foi até o local o comandante do 22º Batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro, localizado na Maré.

Algumas das matérias que produzimos foram reproduzidas por diferentes veículos das mídias alternativas do país. Abaixo está uma das reportagens que escrevi na época, junto com

outra jornalista da Maré, Silva Sá:

MATHEUS, DE 8 ANOS, É ASSASSINADO POR POLICIAIS NA PORTA DE CASA

Hoje (5/12) por volta das 10h, Matheus Rodrigues, de 8 anos, foi sepultado. Moradores e familiares inconformados levaram cartazes protestando o descaso, a falta de políticas públicas de segurança pública do Rio de Janeiro, outros vestiram a camisa do “Movimento Pela Vida Contra o Extermínio”. Logo depois, já na comunidade da Maré, um grupo de pessoas em manifestação caminhou por algumas ruas, parando por alguns minutos em frente ao Posto Policial, 22º BPM.

Moradores não ouviram troca de tiros

Por volta das 8h do dia 4 de novembro, Matheus Rodrigues, de 8 anos, foi executado pela Polícia Militar, na Baixa do Sapateiro, Complexo da Maré. O menino morreu com um tiro no rosto. Familiares e testemunhas afirmam que não houve troca de tiros. Matheus saía de casa para comprar pão. Ele estava caído junto ao muro, sentado, com uma moeda na mão. Moradores revoltados não deixaram o corpo ser retirado do local pelo Corpo de Bombeiros. “Exigimos a presença de um perito”, gritavam.

O deputado estadual e presidente da Comissão de Direitos Humanos da Alerj, Alessandro Molon, esteve no local. Ele afirmou que a Comissão prestará assessoria jurídica para a família. “Vamos acompanhar a investigação desse caso até o final. É inaceitável que isso aconteça”, lamentou. Molon informou que a Comissão de Direitos Humanos já está à disposição da família e que fará tudo o que estiver ao alcance para que os responsáveis sejam punidos.

Por volta das 10h, peritos do Instituto de Criminalística Carlos Éboli chegaram ao local. A família estava sem condições de dar entrevistas. A mãe e a avó do menino precisaram de atendimento médico. A comoção tomou conta dos moradores, que choravam a morte trágica da criança.

Revolta dos moradores

Um grupo de moradores gritava por justiça em frente ao Posto Policial Comunitário (PPC) da Baixa do Sapateiro. Um caveirão estava estacionado em frente ao posto. Inicialmente os policiais reagiram com tiros para cima. Depois, o major responsável pelo PPC ordenou que os policiais parassem de atirar. “Ninguém dispara, ninguém, joga bomba”, avisou. Moradores traziam faixas e cartazes exigindo justiça, chamando os policiais de assassinos e pedindo respeito com os moradores.

Um menino de 8 anos, estudante da Escola Municipal IV Centenário, localizada na Baixa do Sapateiro – ao lado do PPC –, estava assustado no meio da confusão. “A polícia só vem para matar crianças”, afirmou.

O presidente da Associação de Moradores da Baixa do Sapateiro, Charles Guimarães, informou que haverá reunião com o comandante do Batalhão da Maré e com o delegado da 21ª DP – Bonsucesso. “Vamos esperar que a justiça seja feita. A violência com a qual ele foi morto, com o rosto totalmente deformado, mexeu muito com todos nós. A ONG Uerê e a associação de moradores estarão juntos nessa luta”, afirmou Charles (SÁ e MARTINS, 2008).

A notícia ganhou rapidamente as manchetes da mídia nacional. Em sua página *on-line*, o jornal O Estado de São Paulo publicou uma nota sobre o sepultamento. Essa nota dizia:

Matheus, 8 anos, e sua bola: Enterro do menino Matheus Rodrigues Carvalho de 8 anos, morto ontem por um PM na Favela Baixa do Sapateiro, no Complexo da Maré, no Rio. Pouco antes de fecharem sua sepultura no cemitério São Francisco Xavier, no bairro do Caju, um dos familiares colocou uma bola de futebol nos pés de seu caixão (JUNIOR, 2008).

Através do trabalho que fizemos no *O Cidadão*, conseguimos fazer com que a notícia sobre a morte de Matheus não só ganhasse a Maré, mas se espalhasse pelo país e pelo mundo.

3ª Matéria: Felipe – Outro morador assassinado na Baixa do Sapateiro (2009)

Outro caso foi a morte de Felipe Correia de Lima, de 17 anos, morador da Baixa do Sapateiro. Ele foi assassinado em abril de 2009, na porta de casa, pela polícia civil. Felipe era estudante e trabalhava com o tio numa barraca de cachorro quente. Ele era meu vizinho. Felipe estava sentado na calçada quando um policial deu um tiro na sua nuca. Eu estava em aula, na PUC-Rio, quando uma moradora me ligou chorando. Ela me falou que a polícia civil havia atirado no rapaz. Levei um choque porque, naquela mesma semana, eu havia falado com ele na rua.

Na mesma hora que recebi a notícia voltei para a Maré. Lá, fui até a casa da avó de Felipe, onde encontrei sua mãe. Ela chorava com a foto de seu filho na mão. Eu perguntei se poderia produzir uma matéria sobre o ocorrido. Ela disse: “Por favor, as mídias já estão dizendo que meu filho era envolvido [com o varejo de drogas]. Me ajude a provar para a favela que ele não era”. Assim, mais uma vez, repórteres do jornal *O Cidadão* denunciaram um assassinato cometido pela polícia. No mesmo dia, eu e outro comunicador comunitário escrevemos a matéria.

“Mais uma vítima da injusta segurança pública do Rio de Janeiro”. Infelizmente, este foi o texto que inaugurou o blog do jornal *O Cidadão*. Com foto de Naldinho Lourenço, fotógrafo e também morador da Maré, o texto dizia:

Mais uma vítima da injusta segurança pública do Rio de Janeiro. Por volta das 11h de hoje, Felipe dos Santos Correia de Lima, de 17 anos, morador da Baixa do Sapateiro, Complexo da Maré, foi executado com um tiro na cabeça dado pela Polícia Civil, na Rua 17 de Fevereiro, rua em que morava. Segundo testemunhas, eram cinco policiais que chegaram na mais famosa Blazer branca, carro já temido por todos da área. Este carro percorre já há algum tempo as ruas da favela.

Gilmara Francisco dos Santos, mãe de Felipe, ainda muito abalada pelo ocorrido, em lágrimas, conta como levaram seu filho para o hospital: “Isso é uma injustiça. Ele tinha acabado de acordar e saiu para a rua. Os policiais chegaram e atiraram nele. Na hora, não deixaram os moradores socorrer o menino, todo mundo queria socorrer, e eles não deixaram. Colocaram dentro do carro e foram embora, a tia dele conseguiu ir no carro. Quando ele chegou no Hospital Geral de Bonsucesso, ainda estava vivo, mas a polícia não deixou os médicos atendê-lo, ele ficou lá gemendo e não deixaram ele ser atendido”.

Felipe era estudante e trabalhava em uma lanchonete próxima a sua casa. Natália de Brito, também moradora do local, fala de sua revolta: “Eu estava na rua indo para o trabalho, não teve tiroteio como estão afirmando, isso não é verdade. Isso é uma injustiça, eu sou contra essa política de segurança, o que existe é extermínio, a polícia vem e mata, é isso o que acontece. Isso é a banda podre da polícia, são todos corruptos. E nós moradores, queremos deixar bem claro que Felipe era trabalhador, vendia cachorro-quente, era estudante, todos gostavam dele, a prova disso é que todos os moradores foram em cima, todo mundo foi para a rua”. Ainda não foram confirmados o horário e o local do enterro de Felipe. Moradores querem se organizar e protestarem no enterro (MARTINS, 2008).

Eu me recordo que no dia seguinte, dia do enterro, fechamos a Avenida Brasil. Os comunicadores que estavam cobrindo o protesto quase foram presos pela Polícia Militar, dentre eles um fotógrafo da Maré. Além disso, os mesmos policiais civis que atiraram em Felipe voltaram e apontaram armas para todos os moradores e comunicadores. Eles jogaram bombas e spray de pimenta, todos corriam, resistindo com pedras, a câmera fotográfica e a vontade de dizer para o mundo que um dos nossos havia sido assassinado mais uma vez.

Manifestações duraram o dia inteiro, e o caso teve grande repercussão nacional e internacional. No mesmo dia, publicamos nosso relato dos eventos no blog do jornal *O Cidadão*. Sob o título “Moradores acompanharam enterro de jovem da Maré”, eu, Renata Souza e Douglas Baptista escrevemos:

Moradores acompanharam enterro de jovem da Maré

Cerca de 300 pessoas acompanharam, nesta tarde, o sepultamento de Felipe Correia de Lima, de 17 anos, no Cemitério do Caju. O jovem, segundo moradores, foi executado ontem (14/4) por policiais com um tiro de fuzil na cabeça em frente sua casa na favela Baixa do Sapateiro, no Complexo da Maré. Durante o enterro, familiares e amigos da vítima gritaram por justiça e, após o sepultamento, fizeram passeata na Avenida Brasil.

Para Mayck Félix, amigo de Felipe, o que a polícia fez foi uma injustiça. “Eu conhecia ele, estudava em Bonsucesso, lá no Pedro Lessa, ele tinha acabado de pedir transferência para Escola Estadual Bahia. Lembro que domingo ele estava muito feliz, falando que tinha voltado para a namorada, que tinha arrumado um novo emprego. E aconteceu isso, foi a maior tristeza para nós, era um moleque tranquilo, e isso que fizeram com ele, foi a maior covardia”, fala.

O presidente da Associação de Moradores da Baixa do Sapateiro Charles Gonçalves, quis deixar claro que Felipe era apenas um estudante. “Imagina a dor dessa mãe com a perda de seu filho. O menino teve sua carreira parada, era um adolescente cheio de sonhos, estudava, trabalhava, mas que teve a vida interrompida. Ele

foi brutalmente executado por uma polícia despreparada. Agora é tentar fazer possível para solucionar esses problemas, temos que ver meios para que isso chegue até o governador, vê se dá um basta para não haver mais inocentes mortos como Felipe”, diz Charles.

Depois do enterro, um grupo de moradores, na sua maioria jovem, decidiu protestar de forma pacífica na Avenida Brasil, sentido Ilha do Governador, o que não terminou nada bem, já na entrada da Rua 17 de Fevereiro, local em que Felipe foi executado, e onde se findaria a manifestação, policiais apareceram e começaram a gritar para que todos corressem. Todos correram, mas ao mesmo tempo foram atingidos por spray de pimenta e bombas. Alguns moradores caíram, outros passaram mal, e outros foram reprimidos pela polícia, e soltos logo depois.

São inúmeras pessoas que morrem todos os dias nas favelas do Rio de Janeiro por causa da injusta segurança pública que existe. Algo que não dá mais para suportar. Moradores durante o sepultamento e a caminhada gritavam, clamavam por justiça, direitos humanos, direitos que deveriam ser oferecidos a todos, sem separação de cor, raça e classe social. Até quando este povo terá que enterrar seus parentes, pessoas inocentes, que querem e queriam apenas ter o seu direito de viver (MARTINS, SOUZA e BAPTISTA, 2009).

As coberturas: Cuidados ao fazer Comunicação Comunitária na própria casa

Nos três casos citados acima, mostrei como fizemos para disparar a notícia sobre cada caso para dentro e fora da favela. Entramos em contato com os moradores e os entrevistamos, as principais fontes. No caso de Mandacaru, investigamos quem estava com interesse em removê-los. No caso de Matheus e Felipe, investigamos as polícias envolvidas nos casos de assassinatos dos dois, entrevistamos moradores, deputados e fizemos assessoria de imprensa. Denunciamos os fatos. Em cada um dos três casos, mobilizamos também a própria favela para estar nas ruas protestando contra os três diferentes tipos de violações; além disso, divulgamos as matérias amplamente para que outras pessoas e órgãos públicos e de imprensa soubessem sobre o que estava ocorrendo dentro do Conjunto de Favelas da Maré.

Ao mesmo tempo, porém, demonstrei alguns riscos que os comunicadores enfrentaram ao ter a ousadia de falar sobre suas próprias vidas. Digo “sobre suas próprias vidas” porque, ao noticiar sobre o outro quando se é e se está numa mesma localidade, não é possível se distanciar. Não nos distanciamos daquela pessoa que está tendo a casa removida, como no caso da Favela Mandacaru. Também não nos distanciamos da dor de uma mãe que perdeu o filho como nos casos de Matheus e Felipe. Quem faz comunicação e jornalismo na favela também é parte desta realidade. Poderiam ser nossos filhos assassinados e nossas casas removidas. Afinal, somos parte do mesmo local. Por lutar pela vida e buscar formas para vivê-la, decidimos noticiar o nosso cotidiano ao fazer da comunicação comunitária favelada uma ferramenta. Noticiamos um cotidiano que é do outro, mas que também é nosso. Fazemos isso porque não é possível separar a notícia que produzimos do nosso cotidiano, da nossa realidade, da nossa vida

Ou seja, ao narrar, noticiar e falar sobre pessoas que entrevistamos, ao transformar suas histórias, memórias, falas e lutas em matérias e reportagens, estou também falando da minha vida. Somos parte de um mesmo lugar: a favela. Por isso, compreendemos que precisamos ter cuidado, por exemplo, ao fotografar e fazer outros tipos de imagens das(os) moradoras(es). Também precisamos estar atentos com imagens dos muros, praças, práticas de esportes, música e cultura. Afinal, o que existe é uma disputa pela imagem da favela. Uma disputa cuja ideia central é mostrar algo diferente do que a sociedade pensa e constrói em seus conceitos sobre nós. Precisamos ter cuidado no texto, escolhendo as palavras para não reproduzirmos o racismo, a criminalização ou qualquer outro tipo de preconceito sobre nós mesmos. Resumindo, precisamos pensar bem sobre nossa linha editorial, quem ela defenderá, quem entrevistaremos, quem será a voz oficial nas nossas publicações.

Por isso, na produção de cada notícia durante minha experiência no jornal *O Cidadão*, nos esforçávamos para escrever e escolher as fotos e chamadas de capa do jornal impresso de forma coletiva. Todos também participavam nas escolhas de temas, independentemente de ser jornalista, repórter, diagramador, fotógrafo, distribuir do jornal ou do trabalho administrativo. Essas são práticas coletivas comuns entre aqueles que fazem comunicação comunitária nas favelas.

O trabalho coletivo na comunicação comunitária e favelada deve ser uma prática constante de divisão de tarefas e responsabilidades. A troca de saberes é extremamente importante neste processo. Esta troca faz com que de fato a comunicação favelada seja comunitária. Esta coletividade nos ajuda a lidar com desafios comuns entre comunicadores periféricos de qualquer parte do mundo.

Na favela, por exemplo, temos muita dificuldade com a falta de equipamentos e quase não possuímos apoios financeiros. Além disso, enfrentamos a criminalização por parte do próprio Estado. Um Estado que não garante o direito à liberdade de expressão e, assim, não nos garante o direito de falarmos e defendermos as nossas vidas a partir desta ferramenta comunicacional que pretende ideologicamente ser diferente da mídia comercial. Já que convivemos não apenas com a criminalização do próprio Estado por sermos favelados, mas também por sermos comunicadores de favelas, a coletividade se torna ainda mais importante, pois é um ato de fortalecimento, que dificulta a criminalização sobre apenas um comunicador.

Para finalizar, é importante dizer ainda que existe um diferencial enorme entre ser comunicador/midiativista dentro da favela e fora da favela. Em poucos anos de produção de mídia comunitária na minha favela, inúmeros comunicadores comunitários da Maré sofreram ameaças, feitas por parte das forças de segurança do Estado. Essas ameaças surgem somente por tentarmos mostrar as violações que sofremos do próprio Estado. Ou seja, sofremos com a falta de equipamentos, de financiamento e com os preconceitos, além da criminalização, da censura e autocensura, apenas por defendermos um outro ideal representado na nossa luta por direitos e justiça através da nossa comunicação comunitária favelada.

Referências

ESTEVES, André. **O Cidadão**: um jornal comunitário na era da globalização. Rio de Janeiro. UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

FELIX, Eliano. **Megaeventos e Remoções**. Disponível em: <https://jornalocidadao.net/megaeventos-e-remocoas/> Acesso em: 19 de junho de 2019.

FÓRUM DE JUVENTUDES DO RIO DE JANEIRO. **Relatório final do projeto de militarização das favelas: impactos na vida dos jovens negros e negras do Fórum de Juventudes RJ**. Rio de Janeiro: 2015. Disponível em: http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0012/5008/RELAT_RIO_FINAL_DO_PROJETO_MILITARIZA__O_DAS_FAVELAS.pdf.

JORNAL O CIDADÃO DA MARÉ. Disponível em: <https://issuu.com/cidadaodamare2013>.

JORNAL EXTRA. **Repórter do Amanhã**. Conheça um pouco mais do CEASM. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/reporter-do-amanha/conheca-um-pouco-mais-do-ceasm-364495.htm> / Acesso em: 12 de junho de 2019.

JUNIOR, Wilton. e 2008. **Matheus, 8 anos, e sua bola**. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/blogs/entre-cliques/matheus-8-anos-e-sua-bola/>. Acesso em: 13 de junho de 2019).

MAGALHÃES, Alexandre de Almeida. Transformações no “problema favela” e a reatualização da “remoção” no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: **Tese** (doutorado)–Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Estudos Sociais e Políticos /UERJ, Rio de Janeiro, 2013.

MARTINS, Gizele de Oliveira. Militarização da vida e censura da Comunicação Comunitária: a luta por liberdade de expressão no conjunto de favelas da Maré. Rio de Janeiro: **Dissertação** (mestrado) - Febf, Rio de Janeiro, 2018.

MARTINS, Gizele. **Mais uma vítima da injusta segurança pública do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://ocidadaonline.blogspot.com.br/2010/04/lembrecas-de-juventude-perdida-na-mare.html>. /Acesso em: 22 de junho de 2019.

MARTINS, Gizele. **Mais uma vítima da injusta segurança pública do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://ocidadaonline.blogspot.com/search?q=Mais+uma+v%C3%ADtima+da+injusta+seguran%C3%A7a+p%C3%BAblica+do+Rio+de+Janeiro>. /Acesso em: 19 de junho de 2019.

MARTINS, Gizele, SOUZA, Renata e BAPTISTA. **Moradores acompanham enterro de jovem da Maré.** Disponível em: <http://ocidadaonline.blogspot.com/2009/04/moradores-acompanharam-enterro-de-jovem.html> /Acesso em: 20 de junho de 2019.

SÁ, Silvana Sá e MARTINS, Gizele. **Matheus, de 8 anos, é assassinado por policiais na porta de casa.** Disponível em: <http://redecontraviolencia.org/Casos/2008/454.html> /Acesso em: 22 de junho de 2019.

SOUZA, Renata da Silva. **O CIDADÃO:** uma década de experiência ideológica, pedagógica e política de comunicação comunitária. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado). UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.



A **Revista de Comunicação Dialógica** (RCD) é editada pela Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição- Não Comercia- Compartilha Igual 4.0 Não Adaptada.

Link: <http://creativecommons.org/by-nc-sa/4.0/>.

Recebido em: 30/07/2019

Aprovado em: 05/08/2019